

**DATA DA REUNIÃO:** VINTE E DOIS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZOITO.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** EDIFÍCIO SEDE DO RANCHO TÍPICO DE SANTA MARIA DA REGUENGA, SITO NA RUA DO RANCHO TÍPICO, Nº 185, DA FREGUESIA DA REGUENGA.

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

**PRESENCAS E FALTAS:** -----

**PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA DRª MARIA DE ANUNCIAÇÃO PAIS NUNES MACHADO MONTEIRO, EM SUBSTITUIÇÃO DE DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO, NOS TERMOS DO ARTIGO 78º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.**-----

**VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS –**



PRESENTE. -----

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** QUINZE HORAS E TRINTA E DOIS MINUTOS. -----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** DEZASSETE HORAS E DOZE MINUTOS. -----

**SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO,** MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES. -----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA:** A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA. -----

A presente reunião realizou-se na freguesia da Reguenga, no local acima indicado, em execução da deliberação da câmara municipal de oito do corrente mês de março (item dois da respetiva ata). -----

Antes da entrada no período de antes da ordem do dia, teve lugar uma intervenção do senhor presidente da câmara municipal, da senhora vereadora Dr.ª Andreia Neto, do senhor presidente da junta de freguesia da Reguenga e do representante do Rancho Típico de Santa Maria da Reguenga, em cuja sede se realizou esta reunião, em virtude de se tratar de uma reunião descentralizada, que dirigiram palavras de saudação aos representantes das entidades e público presentes. -----

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

a) Interveio a senhora vereadora Dr.ª Andreia Neto, que se referiu ao estado da EM 558 que liga o concelho de Santo Tirso ao concelho de Paços de Ferreira, tendo dito, sucintamente, o seguinte: que em 2016 a câmara municipal anunciou publicamente que brevemente seria aberto concurso público para realização da obra de beneficiação daquela estrada. Que, entretanto, já decorreu este tempo todo e a obra ainda não se iniciou. Questionou para quando estava previsto o início da obra. -----

Seguidamente, o senhor presidente interveio, dizendo que, em diálogo com o senhor presidente da junta de freguesia de então, foi considerado que a prioridade não era essa obra, mas a



obra da rede de saneamento, que já está no terreno. -----

**b)** A câmara municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um Voto de louvor e reconhecimento ao atleta Joaquim Figueiredo, atleta do Clube Desportivo de S. Salvador do Campo, com a fundamentação constante do documento que se junta à presente ata, constituindo as subsequentes duas folhas.-----

**c)** Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foram apresentadas duas declarações políticas, uma sobre a realização de investimentos de proximidade na freguesia da Reguenga e outra sobre investimentos comunitários, as quais se juntam à presente ata, constituindo as folhas seis a treze da mesma.-----

Seguidamente pediu a palavra a senhora vereadora Dr.<sup>a</sup> Andreia Neto, tendo dito que lamentavam que a rede pública de abastecimento de água e de saneamento ainda estivesse na situação em que está, apesar de serem situações básicas, essenciais. Quanto às obras na EM 558 que lamentava que primeiramente se anunciassem investimentos e só depois se definissem prioridades. --

**VOTO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO**

**(Atleta do Clube Desportivo de S. Salvador do Campo sagra-se campeão da europa de pista coberta)**

Joaquim Figueiredo, atleta do Clube Desportivo de S. Salvador do Campo, conquistou, no passado dia 20, a medalha de ouro no Campeonato da Europa de atletismo em pista coberta, na categoria de mais 50 anos.

O atleta do Clube Desportivo de S. Salvador do Campo correu os 3000 metros em 09:25.90 minutos, tempo que lhe valeu subir ao primeiro lugar do pódio no Europeu e festejar a mais importante vitória desportiva da carreira.

A medalha de ouro no Europeu de pista coberta confirma o percurso em ascensão de um atleta que conta já no seu currículo com relevantes títulos, a nível nacional, nomeadamente campeão regional curto e longo, vice-campeão nacional dos 3000m em pista coberta e campeão nacional dos 5000m de pista ao ar livre, entre outros.

Também o Clube Desportivo de S. Salvador do Campo está a viver o momento mais alto do seu historial, tendo visto, ao fim de 20 anos de existência, reconhecido o trabalho desenvolvido em prol da prática desportiva, em geral, e do atletismo, em particular.

Por se tratar do primeiro grande resultado internacional para Joaquim Figueiredo, que premeia o esforço e espírito de sacrifício do atleta, e por representar um título inédito para um clube que tem um papel fundamental em matéria de desenvolvimento, promoção e dinamização da prática desportiva, assumindo, por isso, uma relevante função social e comunitária, **a Câmara Municipal, reunida em 22 de março de 2018, propõe a atribuição de um voto de louvor e**

**reconhecimento ao atleta JOAQUIM FIGUEIREDO e ao CLUBE DESPORTIVO DE S. SALVADOR DO CAMPO.**

A Câmara Municipal deseja ainda as maiores felicidades ao atleta do Clube Desportivo de S. Salvador do Campo para a prova de corta-mato em que vai participar no próximo sábado, no Campeonato da Europa que se realiza nos arredores de Madrid, fazendo votos para que Joaquim Figueiredo regresse a Santo Tirso não com uma, mas com duas medalhas.

*Do voto de louvor e reconhecimento, será dado conhecimento ao atleta Joaquim Figueiredo, ao Clube Desportivo de S. Salvador do Campo, à Associação de Atletismo do Porto, à Federação Portuguesa de Atletismo, à Assembleia Municipal e à Junta de Freguesia de Vila Nova do Campo.*

**A Câmara Municipal**

**Santo Tirso, 22 de março de 2018**



## DECLARAÇÃO POLÍTICA

### (Investimentos de proximidade na freguesia da Reguenga)

Comprometido com uma política de proximidade e de autonomia do Poder Local, o executivo municipal tem vindo a desenvolver um diálogo institucional com todos os presidentes de Junta no sentido de dar resposta aos anseios e necessidades da população do Município.

Fruto do relacionamento institucional e do respeito pelo papel insubstituível que os presidentes de Junta desempenham, a Câmara Municipal tem dado especial atenção aos problemas e dificuldades existentes nas freguesias, razão pela qual já executou e tem previsto executar num futuro a curto e médio prazo um conjunto de investimentos de proximidade.

**A freguesia da Reguenga não foge, naturalmente, à regra.**

Aqui, um dos principais problemas assumidos pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia prende-se com a **rede pública de esgotos**.

Depois de um conjunto de esforços e de diligências da Câmara Municipal junto da Águas do Norte e da entidade gestora dos fundos comunitários, foi finalmente possível garantir o financiamento para fazer face a uma necessidade básica da freguesia.

Assim, **estão já em curso as obras de ampliação da rede pública de esgotos na Reguenga, no valor de cerca de 600 mil euros, o que vai permitir a construção de aproximadamente mais oito quilómetros de rede e abranger perto de 350 casas.**

No total de todas as freguesias abrangidas pela ampliação da rede pública de saneamento, **o investimento atinge os cinco milhões de euros, para construir 60 quilómetros de rede e ligar 10 500 fogos.**

Outro investimento avultado, que não pode ser suportado pelo orçamento municipal, é o que diz respeito à **rede pública de água.**

Também uma prioridade para a Câmara Municipal e para a Junta de Freguesia, **o abastecimento de água pública na Reguenga está a ser objeto de uma candidatura comunitária que envolve toda a zona do Vale do Leça.**

O projeto já está concluído e a candidatura aos fundos comunitários em fase de conclusão. Só para a freguesia da Reguenga, está previsto um investimento de cerca de 900 mil euros, 700 mil dos quais para construir mais de 12 quilómetros de rede de água e cerca de 200 mil euros para a construção de uma conduta e de um reservatório para abastecer as freguesias vizinhas.

Para breve, **está ainda um outro significativo investimento na freguesia da Reguenga, na ordem dos 275 mil euros, destinados a requalificar as habitações municipais.**

Em matéria de melhoramento da rede viária da freguesia, **a Câmara Municipal já tem pronto o projeto de requalificação da Estrada Municipal 558, que liga Santo Tirso a Paços de Ferreira pela Seroa.**

Os procedimentos para a compra dos terrenos estão a avançar e, se tudo correr bem, no início do próximo ano, haverá condições para lançar o concurso público, **naquele que será o maior investimento feito na freguesia na última década: cerca de 1,3 milhões de euros.**



No que ainda diz respeito à melhoria da rede viária, a Câmara Municipal já executou a requalificação da Rua da Estrada Real, no valor de 30 mil euros, e ainda melhorias na Rua Visconde de Cantim e na Rua dos Moinhos, no valor de 28 mil euros.

**Importante obra foi também aquela que a Câmara Municipal executou no Complexo Desportivo da Mouteira**, que incluiu a requalificação do polidesportivo e a construção de novos balneários, num investimento municipal de 220 mil euros.

**Também recentemente foi inaugurado o campo de jogos da Escola de Cantim**, no âmbito dos trabalhos de beneficiação do espaço exterior. Tudo somado, a Câmara Municipal investiu cerca de 50 mil euros para dotar aquele estabelecimento de ensino de melhores condições para as cerca de 60 crianças que o frequentam.

Como é do conhecimento público, o executivo municipal tem como principais prioridades a Coesão Social e a Educação, através de um conjunto de apoios às famílias e às instituições e associações da freguesia, quer sejam desportivas, sociais ou recreativas.

Porque somos defensores do princípio da subsidiariedade, ou seja, de transferir responsabilidades para quem está mais próximo da população e, assim, capaz de as exercer de forma mais eficiente, e porque queremos dignificar o papel dos presidentes de Junta, o executivo municipal tem também estabelecido com a Junta de Freguesia uma série de protocolos de delegação de competências, acompanhados do respetivo envelope financeiro, em áreas como a Educação ou a limpeza de vias, entre outras.

Com diálogo e sentido de responsabilidade, para não hipotecar o equilíbrio das contas do Município, a Câmara Municipal tem procurado fazer investimentos



inteligentes e de proximidade, cumprindo com o compromisso assumido de destinar a maior fatia orçamental para as questões da Coesão Social, mas não descurando a obra propriamente dita, para responder aos anseios da população da freguesia da Reguenga.

**Entre transferência de verbas para a Junta e investimentos realizados pela Câmara Municipal, já foram apoiados os seguintes projetos, iniciativas e instituições:**

- **Ampliação da rede pública de esgotos**
- **Beneficiação da Escola de Cantim e melhoramento dos espaços exteriores, com a colocação de um campo de jogos**
- **Requalificação do Complexo Desportivo da Mouteira**
- **Requalificação da Rua da Estrada Real**
- **Beneficiação da Rua dos Moinhos e da Rua Visconde de Cantim**
- **Manutenção de espaços ajardinados**
- **Subsídios atribuídos a instituições e associações da freguesia, nomeadamente à Associação Desportiva e Cultural da Reguenga, Rancho Típico de Santa Maria da Reguenga e paróquia**
- **Benefícios atribuídos a famílias no âmbito do Subsídio Municipal ao Arrendamento e Plano de Emergência Social**
- **Entrega de cabazes para apoiar famílias carenciadas**
- **Vacinas gratuitas para a primeira infância**
- **Transportes escolares gratuitos**
- **Refeições escolares gratuitas**
- **Lanches escolares gratuitos**
- **Prolongamento de horário**
- **Subsídios para aquisição de livros e material escolar**
- **Fruta escolar**

- Atividades de complemento curricular
- Colónias de férias
- Programa MIMAR
- Santo Tirso Ativo
- Subsídios atribuídos a Comissões de Festas
- Iluminação pública

**Os eleitos pelo Partido Socialista**

**Santo Tirso, 22 de março de 2018**

## DECLARAÇÃO POLÍTICA

**(Santo Tirso já garantiu 17 milhões de euros de investimento comunitário)**

**Santo Tirso é o terceiro Município da Área Metropolitana do Porto que mais candidaturas viu aprovadas até dezembro de 2017, no âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE2020.**

De acordo com os dados oficiais apresentados pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, **Santo Tirso é ainda o 6.º entre os 17 Municípios da Área Metropolitana do Porto que mais financiamento obteve por via do NORTE2020, no valor de oito milhões de euros.**

Se, no âmbito do NORTE2020, Santo Tirso conseguiu ter um bom desempenho no que respeita ao número de candidaturas e verbas aprovadas até dezembro de 2017, os resultados melhoram significativamente quando se analisa um outro programa de financiamento europeu destinado aos Municípios, o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT).

De facto, **no PDCT, Santo Tirso é o segundo Município da Área Metropolitana do Porto com mais candidaturas aprovadas: seis, no valor de três milhões de euros.**

**No total, o Município de Santo Tirso já garantiu 11 milhões de euros para financiar 20 projetos**, 12 por via do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), seis por via do PDCT e três através de outros programas de financiamento europeu.

No PDCT da Área Metropolitana do Porto, Santo Tirso destaca-se ainda em matéria da taxa de execução, sendo, aliás, **o Município que mais verbas executou até**

**dezembro de 2017, na ordem dos 23 por cento**, o que contrasta, por exemplo, com 1% de Municípios como o Porto ou a Maia ou 0% de Espinho ou Oliveira de Azeméis.

Os resultados apresentados pela CCDRN confirmam que **Santo Tirso tem feito tudo bem, a tempo e horas, com vista a garantir financiamento para os projetos estratégicos de desenvolvimento do Município no âmbito dos eixos definidos entre Portugal e a União Europeia**, nomeadamente os planos de mobilidade urbana sustentável, de regeneração urbana e de integração das comunidades desfavorecidas.

Não é por falta de projetos e de candidaturas que em Santo Tirso não há ainda mais investimento no terreno, mas, sim, pelos atrasos da responsabilidade do anterior Governo que se verificaram na execução dos fundos estruturais.

Em face da importância dos fundos comunitários para o desenvolvimento económico, social e territorial do Município, o executivo municipal tem dado especial atenção, no âmbito do Gabinete de Dinamização Económica e do INVEST SANTO TIRSO, à preparação e organização de candidaturas de financiamento europeu.

A somar aos 20 projetos já aprovados por via do PEDU e do PDCT, **o Município de Santo Tirso já recebeu “luz verde” para o financiamento de mais 17 projetos**, entre acordos de colaboração com o Ministério da Saúde para a requalificação de escolas; programa Reabilitar para Arrendar; INTERREG Espaço Atlântico; Fundo Ambiental; programa de promoção do espírito empresarial “Santo Tirso Empreende” ou o projeto de ampliação da rede pública de saneamento em curso, no valor de cerca de cinco milhões de euros.

**Se somados os valores de todas as candidaturas já aprovadas pelo Município de Santo Tirso, o investimento com recurso a financiamento externo atinge os 17 milhões de euros.**

Como o dissemos anteriormente, os fundos estruturais são absolutamente fundamentais para a ação política da Câmara Municipal, com vista a melhorar a qualidade de vida das famílias e das empresas do Município.

**Prova de que continuamos a fazer o trabalho de casa em matéria de captação de financiamento comunitário é as 10 candidaturas já apresentadas às entidades gestoras dos fundos estruturais e em fase de aprovação, num montante de mais quatro milhões de euros, 1,8 milhões de euros dos quais destinados às Áreas de Acolhimento Empresarial.**

**Em fase final de preparação estão ainda outras oito candidaturas, no valor de quase 10 milhões de euros, mais de metade dos quais destinados ao fornecimento da rede pública de água na zona do Vale do Leça.**

Entre candidaturas já aprovadas, em fase de aprovação ou em preparação, **o Município de Santo Tirso está em condições de atingir um volume de investimento financiado por fundos comunitários de cerca de 31 milhões de euros.**

**Os eleitos pelo Partido Socialista**

**Santo Tirso, 22 de março de 2018**

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 06 Fl. 14  
22 de março de 2018

**DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS  
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE  
ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS. -----**



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax +351 252 856 534  
santotirso@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt



## REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22 DE MARÇO DE 2018 – ATA Nº 6

### ORDEM DO DIA

- 1 - Aprovação da ata da última reunião ordinária de 08/03/2018
- 2 - Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Santo Tirso, a Direção-Geral da Saúde e a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., no âmbito da promoção da alimentação saudável: Ratificação
- 3 - Constituição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta
- 4 - Sistema Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios - Redes secundárias de faixas de gestão de combustível
- 5 - Elaboração de Regulamento Municipal para atribuição de comparticipações no âmbito da saúde oral e saúde visual - Início do procedimento
- 6 - Empreitada: Requalificação da Escola Básica do Ave - Vila das Aves - Ratificação de despacho de adjudicação
- 7 - Empreitada: Requalificação da Escola Básica de Santo Tirso (S. Rosendo) - Ratificação de despacho de adjudicação e aprovação da minuta do respetivo contrato
- 8 - Proposta de celebração de Acordos de Execução com juntas de freguesia - Pequenas reparações em estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico
- 9 - Atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior: Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 10 - Proposta de atribuição de subsídios a ranchos e grupos folclóricos do concelho de Santo Tirso
- 11 - Proposta de atribuição de subsídio a associações com escolas de música
- 12 - Proposta de atribuição de subsídio para as festas em honra de S. Mamede

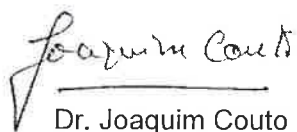




Prça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax +351 252 856 534  
santotirso@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

Santo Tirso, 19 de março de 2018

O Presidente,

  
Dr. Joaquim Couto

**1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 08/03/2018.-----**

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia oito do corrente mês de março, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis. -----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata. -----

A ata foi aprovada com oito votos a favor. -----

Não participou na discussão e votação da ata a senhora Dr.ª Maria de Anunciação Pais Nunes Machado Monteiro, por não ter participado na última reunião de câmara. -----

**2. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO, A DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE E A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P., NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: RATIFICAÇÃO.**-----

Presente informação da Divisão de Ação Social, de doze do corrente mês de março, registada com o número dois mil oitocentos e trinta e quatro, sobre a celebração do Protocolo de Colaboração acima referido, assinado no dia cinco do mesmo mês de março, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, o qual tem por objeto enquadrar a colaboração do município de Santo Tirso, na operacionalização ao nível municipal, da Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável e da Promoção da Atividade Física. -----

O senhor presidente, após uma apresentação sucinta dos objetivos do Protocolo em causa, propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a celebração do aludido Protocolo de Colaboração. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

### 3. CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA.----

Presente informação da Coordenadora do Serviço Municipal de Proteção Civil, de oito do corrente mês de março, registada com o número oitocentos e sessenta e cinco, sobre a composição da comissão municipal de despesa da floresta, prevista no Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-lei 17/2009, de 14 de janeiro. -----

A composição da comissão municipal de defesa da floresta está prevista no artigo 3º-D do referido Decreto -Lei. -----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito: -----

A) Por seu despacho de dez de novembro de dois mil e dezassete, já publicitado nos termos legalmente previstos, foi delegado no senhor vereador Dr. José Pedro dos Santos Ferreira Machado, a competência para presidir à Comissão Municipal da Defesa da Floresta; -----

B) Considerando que ocorreram eleições para os órgãos autárquicos, a assembleia municipal deve designar representantes das juntas de freguesia do concelho para integrar aquela Comissão, propondo-se a designação de um representante.-----

C) Para além daqueles dois elementos, propomos, de acordo com o previsto na lei, que a Comissão Municipal da Defesa da Floresta, tenha a seguinte composição: -----

- Coordenadora Municipal da Proteção Civil – Engª Florestal Célia Maria Mendes  
Fonte;-----

- Representante do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas – Eng.º Silvino  
Sousa; -----

- Representante da GNR (Destacamento Territorial) – Capitão Flávio Sá; -----

- Representante da Polícia de Segurança Pública de Santo Tirso – Subcomissário Luís  
Ferreira; -----

- Representante da Associação de Silvicultores do Vale do Ave, a indicar por esta  
associação;-----

- Representante da empresa The Navigator Company, a indicar por esta;-----
- Representante da sociedade Altri Florestal S.A., a indicar por esta;-----
- Representante da empresa pública Infraestruturas de Portugal, S.A., a indicar por esta; --
- Representante da sociedade REN - Redes Energéticas Nacionais, a indicar por esta; ----
- Representante da EDP, a indicar por esta sociedade; -----

D) Propõe-se ainda que façam parte da Comissão, as entidades a seguir referidas, de acordo com a faculdade prevista na alínea j) do nº 1 do artigo 3º-D do referido Decreto-Lei 124/2006:

- Comandante dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso – Dr. Joaquim Souto; -----
- Comandante dos Bombeiros Voluntários Tirsenses – Sr. Amadeu Silva; -----
- Comandante dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves – Sr. Hugo Machado;-----
- Comandante da Polícia Municipal – Jorge Manuel Ferreira. -----

E) O senhor presidente propôs ainda que a câmara municipal delibere solicitar à assembleia municipal que, na sua próxima sessão ordinária, delibere designar um presidente de junta de freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta.-----

As propostas, submetidas a votação nominal, foram aprovadas por unanimidade.-----

**4. SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS -  
REDES SECUNDÁRIAS DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL - DECISÃO  
SOBRE A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS EM SUBSTITUIÇÃO DOS  
INCUMPRIDORES -----**

Presentes informações do Serviço Municipal de Proteção Civil, de cinco e vinte e cinco de janeiro último, registadas com os números cento e noventa e quatro e novecentos e trinta, respetivamente, e da Divisão Jurídica, de catorze do corrente mês de março, registada com o número três mil cento e quatro, que aqui se dão por inteiramente transcritas para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito: -----

Considerando o teor das aludidas informações técnicas; -----

Considerando que o Sistema de Defesa da Floresta contra incêndios, aprovado pelo Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pela Lei 76/2017, de 28 de junho, prevê um conjunto de medidas e ações de articulação institucional, de planeamento e de intervenção relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios; -----

E, no que se refere à defesa de pessoas e bens, particularmente a gestão de combustível, visa a sensibilização da população para a necessidade de autoproteção através da informação sobre os procedimentos a adotar para o cumprimento da legislação em vigor, alertando para os benefícios das ações de gestão na proteção das edificações e para os perigos e sanções em caso de incumprimento;

É indiscutível que a realização da gestão de combustíveis junto das edificações, aglomerados populacionais, equipamentos e infraestruturas vai permitir a proteção destas, uma vez que o fogo terá maiores dificuldades em se propagar e assim as chamas, em casos normais, mais dificilmente atingirão as zonas inflamáveis das construções; -----

Em áreas onde a gestão de combustível é feita a intervenção dos bombeiros pode ser realizada com mais eficácia e com mais segurança;-----



Nos termos do n.º 2 do artigo 15º do referido Decreto-Lei, e do artigo 153º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro (LOE para 2018), no ano de 2018, os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a edifícios inseridos em espaços rurais, são obrigados a proceder à gestão do combustível, de acordo com as normas constantes do anexo daquele Decreto-Lei, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei 10/2018, de 14 de fevereiro, devendo realizar voluntariamente os respetivos trabalhos até ao dia quinze do corrente mês de março; -----

E nos termos dos n.ºs 10 e 11 do mesmo artigo 15º os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos inseridos na faixa de proteção de 100 metros aos aglomerados populacionais devem proceder à gestão de combustível, devendo realizar voluntariamente os respetivos trabalhos até ao dia trinta de abril de cada ano; -----

A lei prevê, nos termos dos n.ºs 5 e 12 do mesmo artigo que, verificado o incumprimento, compete à câmara municipal realizar os trabalhos de gestão de combustível, com a faculdade de se ressarcir, desencadeando os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efetuada; -----

De harmonia com as aludidas informações técnicas do Serviço Municipal de Proteção Civil, foram já desencadeadas ações de sensibilização e de divulgação junto da população, foram já notificados os proprietários conhecidos, bem como foram colocados editais com inclusão de mapa das áreas a intervencionar; -----

Considerando que os procedimentos devem ser agilizados, de modo a uma maior eficácia na obtenção dos objetivos pretendidos; -----

Face ao exposto, proponho que a câmara municipal, ao abrigo da competência prevista nos n.ºs 5 e 12 do artigo 15º do referido Decreto-Lei 10/2018, delibere tomar a decisão de realizar os trabalhos de gestão de combustível nos casos de incumprimento dos respetivos responsáveis, confirmado pelos respetivos serviços, mediante prévio aviso a afixar no local dos trabalhos num prazo não inferior a cinco dias, e com a faculdade de se ressarcir, desencadeando os mecanismos





legais previstos para o ressarcimento da despesa efetuada. -----

Proponho ainda que a câmara municipal delibere ratificar todas as notificações já efetuadas aos responsáveis pelos trabalhos de gestão de combustível. -----

A presente deliberação da câmara municipal deverá ser publicitada nos termos previstos no artigo 56º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

A proposta foi explicada pelo senhor vereador da respetiva área de gestão, vereador Dr. José Pedro Machado. -----

Após discussão, a proposta foi submetida a votação nominal, tendo sido aprovada por unanimidade. -----



**5. ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE ORAL E SAÚDE VISUAL - INICIO DO PROCEDIMENTO.** -----

Presente informação de vinte de fevereiro findo, da Divisão de Ação Social, registada com o número dois mil e vinte e três, a propor a elaboração do Regulamento municipal acima referido, que tem por objetivo estabelecer e definir as condições e os procedimentos aplicáveis na prestação gratuita ou comparticipada de serviços médicos dentários (nomeadamente aquisição de próteses dentárias) e oftalmológicos (nomeadamente aquisição de armação e lentes) pelo município de Santo Tirso, bem como definir as condições de atribuição dos apoios a conceder pelo município.--

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento municipal acima referido, e designar como responsável pela direção a Técnica Superior Paula Daniela Guimarães Monteiro, em quem fica delegado, nos termos do n.º 2 do artigo 55º do mesmo Código, o poder de direção do procedimento.-----

O senhor presidente propôs ainda que se fixe como data do início do procedimento, a data da presente deliberação, e se fixe o prazo de dez dias úteis para a constituição como interessados no procedimento e apresentação por escrito de contributos para a elaboração do regulamento. -----

A presente deliberação será publicitada de harmonia com o previsto no n.º 1 do referido artigo 98º e nos demais termos legalmente previstos, de cuja publicitação deverá constar a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.-----

O referido prazo de dez dias úteis conta-se a partir da data da publicitação desta deliberação. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

No período de discussão da proposta interveio a senhora vereadora Dr.<sup>a</sup> Andreia Neto, tendo começado por referir que felicitava a proposta de elaboração deste regulamento. Questionou quais os critérios que irão estar na atribuição dos apoios, tendo perguntado se seriam os utilizados pela Segurança Social.-----

O senhor presidente esclareceu que são tomados por base os escalões A e B, para efeitos de apoios no âmbito da ação social escolar, sendo os mesmos majorados pelo município em cerca de 12%, sob pena de ficarem excluídas destes apoios muitas famílias. -----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a declaração de voto que se junta à presente ata, constituindo as subseqüentes duas folhas. -----

## DECLARAÇÃO DE VOTO

### **(Regulamento Municipal para atribuição de comparticipações no âmbito da saúde oral e visual)**



O Regulamento Municipal para a atribuição de comparticipações na aquisição de óculos e próteses dentárias é o passo que faltava para pôr em prática uma medida política com grande impacto social.

De facto, quando o Regulamento Municipal entrar em vigor, o Município vai estar em condições de alargar ainda mais o leque de apoios dirigidos à população de Santo Tirso em situação de carência económica e social.

A comparticipação na aquisição de óculos e próteses dentárias vem dar resposta a uma necessidade prevista no Plano Municipal de Saúde de Santo Tirso, que estabelece precisamente a saúde visual e oral como um dos eixos prioritários.

Comprometido com uma política de promoção da saúde e prevenção da doença e atento às situações de maior fragilidade económica e social, o executivo municipal tem vindo a adotar um conjunto de políticas que colocam Santo Tirso na linha da frente em matéria de cuidados de saúde.

Entre outras medidas e projetos lançados no anterior e no atual mandato, o Município estabeleceu já dois protocolos com vista a disponibilizar consultas de medicina dentária gratuitas no Centro de Saúde de S. Martinho e no Hospital de Santo Tirso, para fazer face a uma das necessidades básicas da população do Município.

No Centro de Saúde de S. Martinho, as consultas devem abrir no final do mês/início de abril e, no hospital, está também para breve a conclusão do concurso para a

colocação de recursos clínicos, da responsabilidade da Administração Regional de Saúde do Norte, num investimento municipal de cerca de 70 mil euros.

A dotação orçamental para a aquisição de óculos e próteses dentárias atinge os 150 mil euros/ano, destinados à promoção da saúde oral e visual e a aumentar a autoestima daqueles que vivem em carência económica e social e a contribuir para a inserção profissional de quem está desempregado.

**Pelo exposto, os vereadores do PS votam favoravelmente a proposta de elaboração do Regulamento Municipal para a atribuição de participações no âmbito da saúde oral e saúde visual.**

**Santo Tirso, 22 de março de 2018**

**6. EMPREITADA: REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO AVE - VILA DAS AVES - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO.-----**

Presente o processo de concurso público registado na Divisão de Projetos e Empreitadas com o número 5/2017, do qual consta o relatório final de análise das propostas, elaborado pelo júri do procedimento em doze de fevereiro findo, do qual, para fundamentação da presente deliberação, se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes nove folhas, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais. -----

A decisão de contratar foi tomada por deliberação da câmara municipal de treze de julho de dois mil e dezassete (item seis da respetiva ata), cujo teor se tem aqui por inteiramente transcrito para os devidos efeitos.-----

No referido procedimento, e conforme consta do relatório acima referido, foram excluídos os concorrentes números um, Norasil – Sociedade de Construção Civil, S.A.; dois, DAPE Ld.ª; quatro, Sá Machado & Filhos S.A.; cinco, ARLIZCO, S.A.; seis, Teixeira Pinto & Soares S.A.; sete, Costeira, Engenharia & Construção S.A.; dez, J. da Silva Faria Lda, e onze, NORCEP – Construções S.A., pelas razões referidas naquele Relatório e também no Relatório Preliminar datado de três de janeiro último, que igualmente aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais.-----

Em sede de audiência prévia não foram apresentadas quaisquer reclamações. -----

O júri do procedimento ordenou a classificação final dos concorrentes admitidos no concurso nos seguintes termos: -----

1º - Concorrente n.º 3 – Construções Capela Braga, Lda., com proposta no valor de 1.057.549,67 € (um milhão e cinquenta e sete mil quinhentos e quarenta e nove euros e sessenta e sete cêntimos); -----

2º - Concorrente n.º 9 – Edilages S.A., com proposta no valor de 1.053.727,55 € (um milhão e cinquenta e três mil setecentos e vinte e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos);-----

3º - Concorrente n.º 8 – Famaconcret Ld.<sup>a</sup>, com proposta no valor de 1.111.022,91 € (um milhão cento e onze mil e vinte e dois euros e noventa e um cêntimos).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o disposto no n.º 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, deliberasse aprovar todas as propostas contidas no relatório final de análise das propostas anexo, e deliberasse ratificar o seu despacho de sete do corrente mês de março que decidiu adjudicar a empreitada em causa ao concorrente n.º 3 - Construções Capela Braga, Lda., pelo preço de 1.057.549,67 € (um milhão e cinquenta e sete mil quinhentos e quarenta e nove euros e sessenta e sete cêntimos), acrescido de IVA, notificando-se a presente deliberação a todos os concorrentes, nos termos legalmente previstos. -----

O prazo de execução da obra é de trezentos e sessenta e cinco dias, a contar da data da respetiva consignação, a qual apenas poderá ter lugar depois do respetivo contrato obter o visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas, face ao disposto no n.º 4 do artigo 45º da Lei 98/97, de 26 de agosto, na redação introduzida pela Lei 61/2011, de 7 de dezembro. -----

As despesas decorrentes da presente empreitada serão satisfeitas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010305, na qual ficou cativa a importância de 496 211,81€ (quatrocentos e noventa e seis mil duzentos e onze euros e oitenta e um cêntimos), correspondente à estimativa dos encargos a satisfazer no ano económico em curso, conforme proposta de cabimento orçamental número 218/2018, de 28 de fevereiro findo e o compromisso a assumir com o contrato a celebrar foi registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 956/2018, de oito do corrente mês de março. -----

O contrato a celebrar terá encargos em mais do que um ano económico, o que resulta já do Plano Plurianual de Investimentos aprovado pela assembleia municipal em catorze de dezembro de dois mil e dezassete (projeto/ação 2016/I/2), sendo que a autorização para a assunção de compromissos plurianuais da assembleia municipal resulta do n.º 1 do artigo 33º das Normas da Execução Orçamental, aprovadas por aquele órgão deliberativo com a aprovação das Grandes





Opções do Plano e Orçamento para o ano em curso. -----

Após discussão, e votação nominal, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

No período de discussão deste assunto interveio a senhora vereadora Dr.<sup>a</sup> Andreia Neto, que referiu que a sua intervenção abrangia também o ponto seguinte da ordem do dia. Solicitou esclarecimentos sobre a urgência que figura no despacho a que tiveram acesso, ou seja, qual a urgência em adjudicar as obras pelo presidente da câmara e não pela câmara municipal. -----

O senhor presidente respondeu dizendo que “não percebia a pergunta”, dado que, para o executivo municipal, estas obras são urgentes, porque está em causa o interesse público e a execução dos fundos comunitários. -----

## RELATÓRIO FINAL

**Empreitada: Remodelação da Escola EB 2-3 de Vila das Aves**

**Nº Processo de Empreitada: 5/17**

**Nº Processo de Contratação: 344/CPN/E/2018**

**Preço Base de Concurso: 1.138.953,86€**

### Relatório Final

[nos termos previstos no artigo 148º do CCP]

Aos 12 dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezoito, reuniu o júri do concurso, aprovado em reunião da Câmara Municipal de Santo Tirso do dia 13/07/2017, composto pelos seguintes elementos: Carlos António Nogueira Veloso (Eng.º), Emília Cristina Campos Ramos Maia (Dr.ª) e Maria Fernanda Pires de Lima da Silva Coelho (Eng.º).

Decorrido o prazo de audiência prévia previsto no n.º 1 do art. 123º do CCP, não foram apresentadas reclamações nem observações ao relatório preliminar, pelo que o júri do concurso mantém a análise efetuada no referido relatório preliminar, ou seja:

O resultado da análise das propostas, resumido no anexo A0, conduz a que sejam excluídos os seguintes concorrentes:

- **O concorrente nº 1** – Norasil - Sociedade de Construção Civil, SA., Não apresenta documentos da proposta e declara o seguinte: *"...decidiram não apresentar proposta pois o valor mais baixo do orçamento a que chegaram violar a alínea d) do ponto 2 do artº 70 do CCP "* ou seja, era superior ao Valor Base do concurso.
- **O concorrente nº 2** – Dape, lda ., Não apresenta documentos da proposta e declara o seguinte: *"...verificamos que o valor da nossa proposta é superior ao valor base estipulado no procedimento, o que determina a exclusão da nossa proposta de acordo com o artigo 70º do Código dos Contratos Públicos..."*
- **O concorrente nº 4** – Sá Machado & Filhos, SA. Não apresenta documentos da proposta e declara o seguinte: *"... a mesma não se enquadra no preço base definido no Programa de Procedimento, inviabilizando assim a admissão da nossa proposta..."*
- **O concorrente nº 5** – Arlizco, S.A., Não apresenta documentos da proposta e declara o seguinte: *"... otimizados todos os custos envolvidos, constatamos*

## RELATÓRIO FINAL

32

*que valor da nossa proposta, é superior ao valor base do presente concurso, pelo que nos escusamos a apresentar proposta, facto que, ao abrigo do N.º do Artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, determinaria a exclusão da nossa proposta".*

- **O concorrente nº 6** – Teixeira Pinto & Soares, SA - Não apresenta documentos da proposta e declara o seguinte: *"...não nos é possível apresentar uma proposta competitiva, pelo que optámos por não apresentar proposta, evitando assim a exclusão imediata de acordo com Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro".*
- **O concorrente nº 7** – Costeira, Engenharia & Construção SA – Não apresenta documentos de instrução da proposta.
- **O concorrente nº 10** – J. da Silva Faria, Lda - Não apresenta documentos da proposta e declara o seguinte: *"constatamos que valor da nossa proposta, é superior ao valor base do concurso, pelo que, ao abrigo do n.º2 do Artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, determinaria a exclusão da mesma".*
- **O concorrente nº 11** – Norcep – Construções, SA - Não apresenta documentos da proposta

Assim o júri de acordo com as alíneas d) e o) do nº2 do art.º 146º do CCP propõe a exclusão das propostas dos concorrentes atrás referidos e a admissão das restantes propostas, conforme mapa de verificação de documentos obrigatórios anexo ao presente relatório.


De acordo com o previsto no programa de concurso, o modelo de avaliação das propostas centra-se na avaliação dos seguintes fatores:

- ☐ A – Preço – com uma ponderação de 60% na globalidade da avaliação;
- ☐ B – Valia Técnica da Proposta – com uma ponderação de 40% na globalidade da classificação.

A Valia Técnica da Proposta será decomposta nos seguintes subfactores:

- B1 – Programação dos Trabalhos – com uma ponderação de 25% na globalidade da classificação;
- B2 – Meios Afetos à Obra – com uma ponderação 10% na globalidade da classificação;
- B3 – Gestão de Riscos para Segurança e Saúde no trabalho – com uma ponderação de 5% na globalidade da classificação.

## RELATÓRIO FINAL

33  


Os critérios de avaliação dos fatores e subfatores enunciados serão definidos de seguida.

### A – PREÇO

A classificação do facto definido como “Preço” segue uma função matemática, definida pela Câmara Municipal, que se traduz, pela seguinte expressão:

$$CL(A) = 2.50 / PB \times P + 2.9 \quad \text{nas condições de: } 0,80 \cdot PB \leq P \leq PB$$

$$CL(A) = - 0,50 / PB \times P + 1,3 \quad \text{nas condições de: } P < 0,80 \cdot PB$$

em que:

$CL(A)$  - Classificação da Proposta, relativamente ao Preço;

$P_B$  - Preço-Base do Concurso;

$P$  - Preço da Proposta do Concorrente.

### B – VALIA TÉCNICA DA PROPOSTA

#### B1 – Programação dos Trabalhos

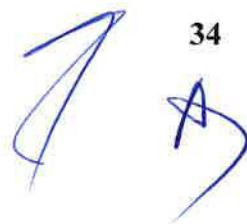
O subfactor destinado à avaliação da “Planeamento dos Trabalhos” desenvolverá a classificação atendendo à constituição da proposta quanto à “descrição e detalhe do planeamento das tarefas”, “descrição do rendimento das tarefas” e “adequação da memória descritiva à obra”.

Na “descrição do planeamento das tarefas”, optou-se por níveis de classificação, enumerados de seguida:

Descrição	Classificação
• A proposta contempla o planeamento dos trabalhos reproduzindo todas tarefas do mapa de quantidades. É demonstrada uma perfeita articulação entre a programação (gráfico de Gantt) e todas as tarefas da empreitada.	40%
• A proposta contempla o planeamento dos trabalhos, reproduzindo a maioria das tarefas da empreitada. É	20%

## RELATÓRIO FINAL

34



demonstrada uma articulação entre a programação (gráfico de Gantt) e a maioria das tarefas da empreitada.

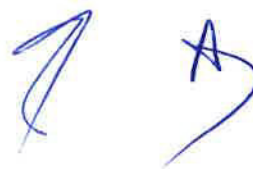
- A proposta contempla o planeamento dos trabalhos reproduzindo ligeiramente as tarefas da empreitada. É genericamente demonstrada a articulação entre a programação (gráfico de Gantt) e as tarefas da empreitada. 2%

Na "descrição do rendimento das tarefas", os níveis de classificação são definidos como, em seguida, se enumeram:

Descrição	Classificação
• Os valores dos rendimentos de todas as tarefas são apresentados e acompanhados de justificação.	15%
• Os valores dos rendimentos de todas as tarefas são, apenas, apresentados de forma indicativa.	10%
• Não é apresentado, na totalidade, os valores dos rendimentos das tarefas da empreitada.	5%
• Não é apresentado nenhum dos valores dos rendimentos das tarefas das empreitadas.	0 %

A "adequação da memória descritiva à obra", possuiu os seguintes níveis de classificação:

Descrição	Classificação
• A memória descritiva apresenta os meios específicos da empresa com as especificidades técnicas da obra e a articulação completa entre ambas. É demonstrado detalhadamente o desenvolvimento da empreitada.	45%
• A memória descritiva apresenta os meios específicos da empresa com as especificidades técnicas da obra e a articulação completa entre ambas. Não descreve, na totalidade, desenvolvimento da empreitada.	30%
• A memória descritiva revela os meios específicos da empresa com as especialidades técnicas da obra sem articulação completa entre ambas. Não descreve, na totalidade, desenvolvimento da empreitada.	15%
• A memória descritiva apresenta meios específicos da	1%



## RELATÓRIO FINAL

empresa não relacionados com as especificações técnicas da obra. Não descreve. Na totalidade, o desenvolvimento da empreitada

### B2 – Meios Afetos à obra

O subfactor destinado à avaliação dos “Meios Afetos à Obra” desenvolverá a classificação atendendo à constituição da proposta quanto à “Equipa responsável pela orientação da obra” e “adequação da mão-de-obra e equipamento à empreitada”.

Na “Equipa responsável pela orientação da obra”, os níveis de classificação são definidos como, em seguida, se enumeram:

Descrição	Classificação
<ul style="list-style-type: none"><li>Os elementos escolhidos para a equipa responsável pela orientação da obra possuem habilitações profissionais adequadas à empreitada, conforme legislação em vigor, e documentam a justificação das habilitações.</li></ul>	50%
<ul style="list-style-type: none"><li>Os elementos escolhidos para a equipa responsável pela orientação da obra não possuem habilitações profissionais adequadas à empreitada, conforme legislação em vigor, ou não documentam as habilitações.</li></ul>	1%

Na “adequação da mão-de-obra e equipamento à obra”, os níveis de classificação são definidos como, em seguida, se enumeram:

Descrição	Classificação
<ul style="list-style-type: none"><li>Os meios de mão-de-obra (incluindo a equipa responsável pela orientação da obra) e o equipamento, estão completamente relacionados com a programação (gráfico de Gantt). Os meios estão quantificados para todas as tarefas, quer no tempo e espaço, para a execução da empreitada.</li></ul>	50%
<ul style="list-style-type: none"><li>Os meios de mão-de-obra (incluindo a equipa responsável pela orientação da obra) e o equipamento, estão</li></ul>	30%

## RELATÓRIO FINAL

36  


completamente relacionados com a programação (gráfico de Gantt). Os meios estão quantificados para todas as tarefas, quer no tempo e espaço, para a execução da empreitada.

- Os meios de mão-de-obra (incluindo a equipa responsável pela orientação da obra) e o equipamento, não estão completamente relacionados com a programação (gráfico de Gantt). Os meios estão quantificados para todas as tarefas, quer no tempo e no espaço, para a execução da empreitada.

5%

### B3 – Gestão de Riscos para Segurança e Saúde no trabalho

O subfactor destinado à avaliação da “Gestão de Riscos para Segurança e Saúde no trabalho”, desenvolverá exclusivamente o desenvolvimento e adequação da gestão de riscos à obra de acordo com os seguintes critérios:

Descrição	Classificação
<ul style="list-style-type: none"><li>• A gestão de riscos apresentada está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foram contemplados todos os trabalhos previstos em projeto e somente esses.</li></ul>	100%
<ul style="list-style-type: none"><li>• A gestão de riscos apresentada está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foram contemplados todos os trabalhos previstos em projeto e considerados trabalhos não previstos.</li></ul>	80%
<ul style="list-style-type: none"><li>• A gestão de riscos apresentada está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos</li></ul>	60%



## RELATÓRIO FINAL

37

trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foi contemplada parte dos trabalhos previstos em projeto.

- A gestão de riscos apresentada está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foi contemplada parte dos trabalhos previstos em projeto e considerados trabalhos não previstos. 40%

- A gestão de riscos apresenta não está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foram contemplados todos os trabalhos previstos em projeto e somente esses. 20%

- A gestão de riscos apresenta não está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado), nem foram contemplados todos os trabalhos previstos em projeto e somente esses. 5%

A Classificação do subfactor B3 – CL(B3) –, é determinado pela pontuação definida para o critério em análise, conforme descrito anteriormente.

A classificação das propostas relativamente ao fator B – Valia Técnica da Proposta – é calculada através da aplicação da fórmula seguinte:

$$CL(B) = p(B1) \times CL(B1) + p(B2) \times CL(B2) + p(B3) \times CL(B3)$$

com:


CL(B) correspondente à classificação do factor B;

p(B1) corresponde à ponderação para o subfactor B1;

CL(B1) correspondente à classificação do subfactor B1;

## RELATÓRIO FINAL

38



$p(B2)$  corresponde à ponderação para o subfactor B2;

$CL(B2)$  correspondente à classificação do factor B2;

$p(B3)$  corresponde à ponderação para o subfactor B3;

$CL(B3)$  correspondente à classificação do subfactor B3.

A proposta de cada um dos concorrentes corresponderá será avaliada nos fatores A e B, devidamente ponderados, e que será traduzida pela fórmula seguinte:

$$P_i = p_A \times CL(A) + p_{B1} \times CL(B1) + p_{B2} \times CL(B2) + p_{B3} \times CL(B3)$$

em que:

$P_i$  - Proposta do concorrente i;

$p_A$  - ponderação da classificação do factor A;

$p_{B1}$  - ponderação da classificação do factor B1;

$p_{B2}$  - ponderação da classificação do factor B2;

$p_{B3}$  - ponderação da classificação do factor B3.

A Proposta Mais Vantajosa – **PMV** – corresponderá à maior classificação, entre as diversas propostas –  $P_i$  - apresentadas.

O resultado da análise efetuada de acordo com o modelo anterior, e demonstrado nos documentos anexos ao relatório preliminar, efetuado em 03-01-2018 que se anexa, hierarquiza as propostas admitidas da seguinte forma:

1	Concorrente n.º 3	Construções Capela Braga, Lda	1.057.549,67€
2	Concorrente n.º 9	Edilages, SA	1.053.727,55€
3	Concorrente n.º 8	Famaconcret, Lda	1.111.022,91€

## RELATÓRIO FINAL

### 1. Conclusão


O júri do concurso considera que a empreitada deve ser adjudicada ao concorrente nº **3 – Construções Capela Braga, Lda.**, pelo valor da sua proposta – **1.057.549,67€ + IVA** (um milhão, cinquenta e sete mil quinhentos e quarenta e nove euros e sessenta e sete cêntimos + IVA)..

Santo Tirso, 12 de Fevereiro de 2018,

A Presidente do Júri

16-02-2018

O Chefe de Divisão

  
Carlos Veloso

---

1º Vogal

16-02-2018

A Chefe de Divisão

  
Cristina Ramos

---

2º Vogal

12-02-2018

A Chefe de Serviço

  
Fernanda Coelho

**7. EMPREITADA: REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE SANTO TIRSO (S. ROSENDO) - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO RESPETIVO CONTRATO. -----**

Presente o processo de concurso público registado na Divisão de Projetos e Empreitadas com o número 4/2017, do qual consta o relatório final de análise das propostas, elaborado pelo júri do procedimento em doze de fevereiro findo, do qual, para fundamentação da presente deliberação, se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes nove folhas, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais. -----

A decisão de contratar foi tomada por deliberação da câmara municipal de treze de julho de dois mil e dezassete (item sete da respetiva ata), cujo teor se tem aqui por inteiramente transcrito para os devidos efeitos. -----

No referido procedimento, e conforme consta do relatório acima referido, foram excluídos os concorrentes números um, Norasil – Sociedade de Construção Civil, S.A.; dois, ARLIZCO, S.A.; três, Edibarra – Engenharia e Construção S.A.; quatro, Sá Machado & Filhos S.A.; cinco, Habitâmega - Construções S.A.; seis, Teixeira Pinto & Soares S.A. e sete, J. da Silva Faria Lda, pelas razões referidas naquele Relatório e também no Relatório Preliminar datado de três de janeiro último, que igualmente aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais.-----

Em sede de audiência prévia não foram apresentadas quaisquer reclamações. -----

O júri do procedimento ordenou a classificação final dos concorrentes admitidos no concurso nos seguintes termos: -----

1º - Concorrente n.º 8 – Construções Capela Braga Ld.ª, com proposta no valor de 844.859,57 € (oitocentos e quarenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e sete cêntimos); -----

2º - Concorrente n.º 12 – PEMI, Construções & Engenharia Lda., com proposta no valor de 874.949,87 € (oitocentos e setenta e quatro mil novecentos e quarenta e nove euros e oitenta e sete

cêntimos);-----

3º - Concorrente n.º 9 – Edilages S.A., com proposta no valor de 893.803,87 € (oitocentos e noventa e três mil oitocentos e três euros e oitenta e sete cêntimos).-----

4º - Concorrente n.º 10 – Famaconcret, Ld.<sup>a</sup>, com proposta no valor de 937.643,50€ (novecentos e trinta e sete mil seiscentos e quarenta e três euros e cinquenta cêntimos); -----

5º - Concorrente n.º 11 – Abel Rodrigues, Construção Civil & Obras Públicas Ld.<sup>a</sup> com proposta no valor de 871.656,64€ (oitocentos e setenta e um mil seiscentos e cinquenta e seis euros e sessenta e quatro cêntimos). -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o disposto no n.º 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, deliberasse aprovar todas as propostas contidas no relatório final de análise das propostas anexo, e deliberasse ratificar o seu despacho de vinte e um de fevereiro findo que decidiu adjudicar a empreitada em causa ao concorrente n.º 8 – Construções Capela Braga Ld.<sup>a</sup>, pelo valor de 844.859,57 € (oitocentos e quarenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e sete cêntimos), acrescido de IVA, notificando-se a presente deliberação a todos os concorrentes, nos termos legalmente previstos. -----

O prazo de execução da obra é de trezentos e sessenta e cinco dias, a contar da data da respetiva consignação. -----

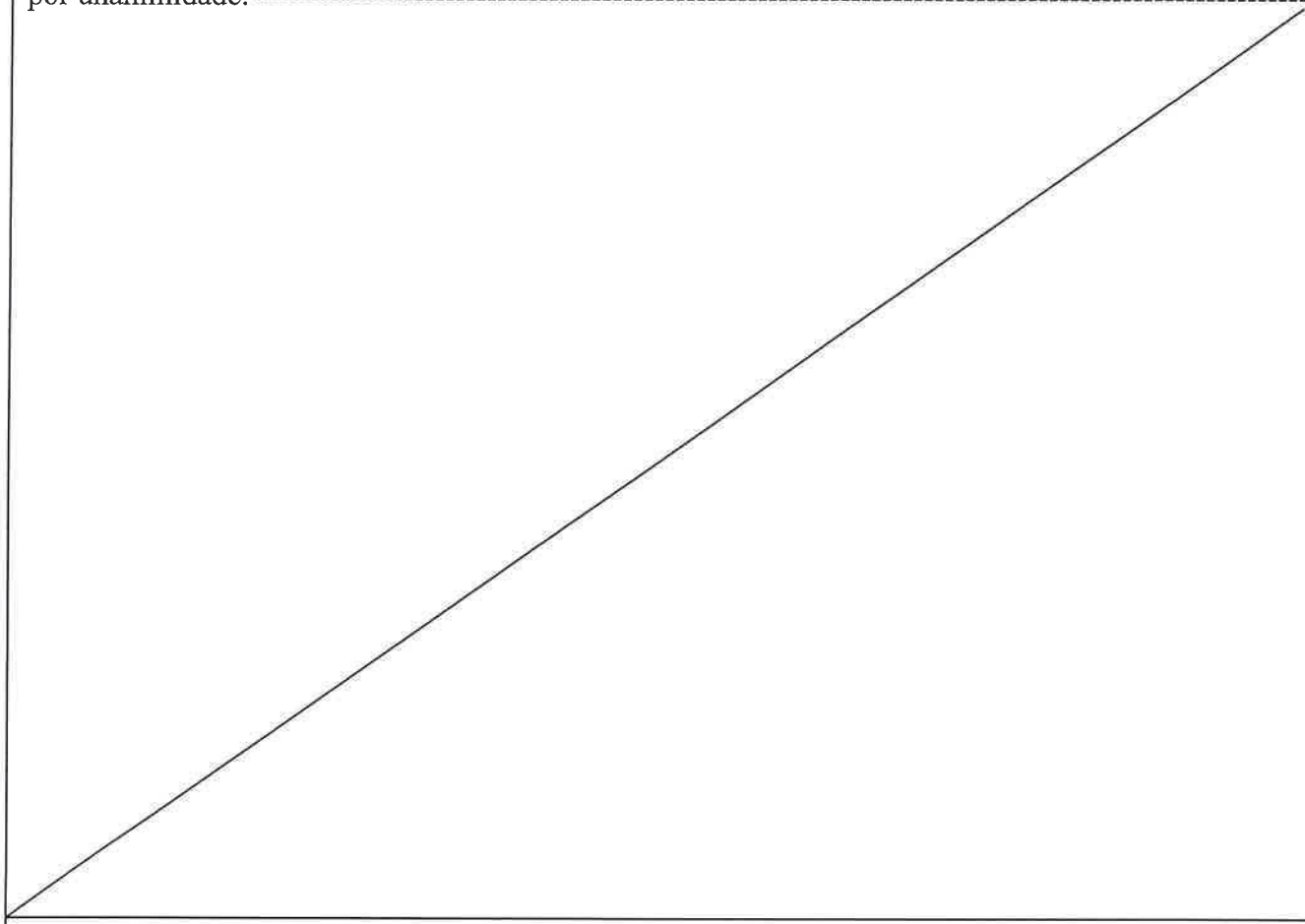
As despesas decorrentes da presente empreitada serão satisfeitas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010305, na qual ficou cativa a importância de 602.733,08 € (seiscentos e dois mil setecentos e trinta e três euros e oito cêntimos), correspondente à estimativa dos encargos a satisfazer no ano económico em curso, conforme proposta de cabimento orçamental número 958/2018, de 19 de fevereiro findo, e o compromisso a assumir com o contrato a celebrar foi registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 750/2018, de vinte e dois do mesmo mês de fevereiro. -----

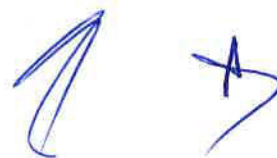
O contrato a celebrar terá encargos em mais do que um ano económico, o que resulta já

do Plano Plurianual de Investimentos aprovado pela assembleia municipal em catorze de dezembro de dois mil e dezassete (projeto/ação – 2016/I/3), sendo que a autorização da assembleia municipal para a assunção de compromissos plurianuais resulta do n.º 1 do artigo 33º das Normas da Execução Orçamental, aprovadas por aquele órgão deliberativo com a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano em curso. -----

O senhor presidente propôs ainda que a câmara municipal deliberasse aprovar a minuta do contrato a celebrar, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma, que fica rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

Após discussão, as propostas foram submetidas a votação nominal, tendo sido aprovadas por unanimidade. -----





## RELATÓRIO FINAL

**Empreitada: Requalificação da escola básica de Santo Tirso (S.Rosendo)**

**Nº Processo de Empreitada: 4/17**

**Nº Processo de Contratação: 343/CPN/E/2018**

**Preço Base de Concurso: 939.766,78€**

### Relatório Final

[nos termos previstos no artigo 148º do CCP]

Aos 12 dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezoito, reuniu o júri do concurso, nomeado em reunião da Câmara Municipal de Santo Tirso do dia 13/07/2017, composto pelos seguintes elementos: Carlos António Nogueira Veloso (Eng.º), Emília Cristina Campos Ramos Maia (Dr.ª) e Maria Fernanda Pires de Lima da Silva Coelho (Eng.º).

Decorrido o prazo de audiência prévia previsto no n.º 1 do art. 123º do CCP, não foram apresentadas reclamações nem observações ao relatório preliminar, pelo que o júri do concurso mantém a análise efetuada no referido relatório preliminar, ou seja:

O resultado da análise das propostas, conduziu a que fosse excluído por força do nº 2 do art.º 146º do CCP, o seguinte concorrente:

- **O concorrente nº 1** – Norasil - Sociedade de Construção Civil, SA., Não apresenta documentos da proposta e declara o seguinte: *"...decidiram não apresentar proposta pois o valor mais baixo do orçamento a que chegaram violar a alínea d) do ponto 2 do artº 70 do CCP "* ou seja, era superior ao Valor Base do concurso.
- **O concorrente nº 2** – Arlizco, S.A, ., Não apresenta documentos da proposta e declara o seguinte: *"... otimizados todos os custos envolvidos, constatamos que valor da nossa proposta, é superior ao valor base do presente concurso, pelo que nos escusamos a apresentar proposta, facto que, ao abrigo do N.º2 do Artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, determinaria a exclusão da nossa proposta".*
- **O concorrente nº 3** – Edibarra – Engenharia e Construção, S.A .Não apresenta documentos da proposta e declara o seguinte: *"...após estudo para elaboração do valor da proposta chegamos a um valor superior ao preço base.*



## RELATÓRIO FINAL

44

- **O concorrente nº 4** – Sá Machado & Filhos, SA. Não apresenta documentos da proposta e declara o seguinte: "... a mesma não se enquadra no preço base definido no Programa de Procedimento, inviabilizando assim a admissão da nossa proposta..."
- **O concorrente nº 5** – Habitâmega , Construções SA- Não apresenta documentos da proposta e declara o seguinte: " não nos é possível orçamentar a empreitada do concurso em causa, porque o preço da estimativa orçamental é baixo e não permite que o mesmo seja suficiente para suportar os custos de produção e acompanhamento técnico, sem por em causa a qualidade que será exigida"
- **O concorrente nº 6** – Teixeira Pinto & Soares, SA - Não apresenta documentos da proposta e declara o seguinte: "...não nos é possível apresentar uma proposta competitiva, pelo que optámos por não apresentar proposta, evitando assim a exclusão imediata de acordo com Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro".
- **O concorrente nº 7** – J. da Silva Faria, Lda - Não apresenta documentos da proposta e declara o seguinte: "constatamos que valor da nossa proposta, é superior ao valor base do concurso, pelo que, ao abrigo do n.º2 do Artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, determinaria a exclusão da mesma".

Assim o júri de acordo com as alíneas d) e o) do nº2 do art.º 146º do CCP propõe a exclusão das propostas dos concorrentes atrás referidos e a admissão das restantes propostas, conforme mapa de verificação de documentos obrigatórios anexo ao presente relatório.

De acordo com o previsto no programa de concurso, o modelo de avaliação das propostas centra-se na avaliação dos seguintes fatores:

- ☐ A – Preço – com uma ponderação de 60% na globalidade da avaliação;
- ☐ B – Valia Técnica da Proposta – com uma ponderação de 40% na globalidade da classificação.

A Valia Técnica da Proposta será decomposta nos seguintes subfactores:

- B1 – Programação dos Trabalhos – com uma ponderação de 25% na globalidade da classificação;
- B2 – Meios Afetos à Obra – com uma ponderação 10% na globalidade da classificação;

## RELATÓRIO FINAL

45

- B3 – Gestão de Riscos para Segurança e Saúde no trabalho – com uma ponderação de 5% na globalidade da classificação.

Os critérios de avaliação dos fatores e subfatores enunciados serão definidos de seguida.

### A – PREÇO

A classificação do facto definido como “Preço” segue uma função matemática, definida pela Câmara Municipal, que se traduz, pela seguinte expressão:

$$CL(A) = 2.50 / PB \times P + 2.9 \quad \text{nas condições de: } 0,80 \cdot PB \leq P \leq PB$$

$$CL(A) = - 0,50 / PB \times P + 1,3 \quad \text{nas condições de: } P < 0,80 \cdot PB$$

em que:

$CL(A)$  - Classificação da Proposta, relativamente ao Preço;

$P_B$  - Preço-Base do Concurso;

$P$  - Preço da Proposta do Concorrente.

### B – VALIA TÉCNICA DA PROPOSTA

#### B1 – Programação dos Trabalhos

O subfactor destinado à avaliação da “Planeamento dos Trabalhos” desenvolverá a classificação atendendo à constituição da proposta quanto à “descrição e detalhe do planeamento das tarefas”, “descrição do rendimento das tarefas” e “adequação da memória descritiva à obra”.

Na “descrição do planeamento das tarefas”, optou-se por níveis de classificação, enumerados de seguida:

Descrição	Classificação
• A proposta contempla o planeamento dos trabalhos reproduzindo todas tarefas do mapa de quantidades. É demonstrada uma perfeita articulação entre a programação	40%

## RELATÓRIO FINAL

46

(gráfico de Gantt) e todas as tarefas da empreitada.

- |   |     |
|---|-----|
| • A proposta contempla o planeamento dos trabalhos, reproduzindo a maioria das tarefas da empreitada. É demonstrada uma articulação entre a programação (gráfico de Gantt) e a maioria das tarefas da empreitada.   | 20% |
| • A proposta contempla o planeamento dos trabalhos reproduzindo ligeiramente as tarefas da empreitada. É genericamente demonstrada a articulação entre a programação (gráfico de Gantt) e as tarefas da empreitada. | 2%  |

Na “descrição do rendimento das tarefas”, os níveis de classificação são definidos como, em seguida, se enumeram:

Descrição	Classificação
• Os valores dos rendimentos de todas as tarefas são apresentados e acompanhados de justificação.	15%
• Os valores dos rendimentos de todas as tarefas são, apenas, apresentados de forma indicativa.	10%
• Não é apresentado, na totalidade, os valores dos rendimentos das tarefas da empreitada.	5%
• Não é apresentado nenhum dos valores dos rendimentos das tarefas das empreitadas.	0 %

A “adequação da memória descritiva à obra”, possuiu os seguintes níveis de classificação:

Descrição	Classificação
• A memória descritiva apresenta os meios específicos da empresa com as especificidades técnicas da obra e a articulação completa entre ambas. É demonstrado detalhadamente o desenvolvimento da empreitada.	45%
• A memória descritiva apresenta os meios específicos da empresa com as especificidades técnicas da obra e a articulação completa entre ambas. Não descreve, na totalidade, desenvolvimento da empreitada.	30%
• A memória descritiva revela os meios específicos da empresa com as especialidades técnicas da obra sem	15%

## RELATÓRIO FINAL

47

articulação completa entre ambas. Não descreve, na totalidade, desenvolvimento da empreitada.

- A memória descritiva apresenta meios específicos da empresa não relacionados com as especificações técnicas da obra. Não descreve. Na totalidade, o desenvolvimento da empreitada

1%

### B2 – Meios Afetos à obra

O subfactor destinado à avaliação dos “Meios Afetos à Obra” desenvolverá a classificação atendendo à constituição da proposta quanto à “Equipa responsável pela orientação da obra” e “adequação da mão-de-obra e equipamento à empreitada”.

Na “Equipa responsável pela orientação da obra”, os níveis de classificação são definidos como, em seguida, se enumeram:

Descrição	Classificação
• Os elementos escolhidos para a equipa responsável pela orientação da obra possuem habilitações profissionais adequadas à empreitada, conforme legislação em vigor, e documentam a justificação das habilitações.	50%
• Os elementos escolhidos para a equipa responsável pela orientação da obra não possuem habilitações profissionais adequadas à empreitada, conforme legislação em vigor, ou não documentam as habilitações.	1%

Na “adequação da mão-de-obra e equipamento à obra”, os níveis de classificação são definidos como, em seguida, se enumeram:

Descrição	Classificação
• Os meios de mão-de-obra (incluindo a equipa responsável pela orientação da obra) e o equipamento, estão completamente relacionados com a programação (gráfico de Gantt). Os meios estão quantificados para todas as tarefas, quer no tempo e espaço, para a execução da empreitada.	50%

## RELATÓRIO FINAL

48

- Os meios de mão-de-obra (incluindo a equipa responsável pela orientação da obra) e o equipamento, estão completamente relacionados com a programação (gráfico de Gantt). Os meios estão quantificados para todas as tarefas, quer no tempo e espaço, para a execução da empreitada. 30%
- Os meios de mão-de-obra (incluindo a equipa responsável pela orientação da obra) e o equipamento, não estão completamente relacionados com a programação (gráfico de Gantt). Os meios estão quantificados para todas as tarefas, quer no tempo e no espaço, para a execução da empreitada. 5%

### B3 – Gestão de Riscos para Segurança e Saúde no trabalho

O subfactor destinado à avaliação da “Gestão de Riscos para Segurança e Saúde no trabalho”, desenvolverá exclusivamente o desenvolvimento e adequação da gestão de riscos à obra de acordo com os seguintes critérios:

Descrição	Classificação
<ul style="list-style-type: none"><li>• A gestão de riscos apresentada está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foram contemplados todos os trabalhos previstos em projeto e somente esses.</li></ul>	100%
<ul style="list-style-type: none"><li>• A gestão de riscos apresentada está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foram contemplados todos os trabalhos previstos em projeto e considerados trabalhos não previstos.</li></ul>	80%
<ul style="list-style-type: none"><li>• A gestão de riscos apresentada está completa (tem de</li></ul>	

## RELATÓRIO FINAL

49

compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foi contemplada parte dos trabalhos previstos em projeto.	60%
<ul style="list-style-type: none"> <li>A gestão de riscos apresentada está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foi contemplada parte dos trabalhos previstos em projeto e considerados trabalhos não previstos.</li> </ul>	40%
<ul style="list-style-type: none"> <li>A gestão de riscos apresenta não está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foram contemplados todos os trabalhos previstos em projeto e somente esses.</li> </ul>	20%
<ul style="list-style-type: none"> <li>A gestão de riscos apresenta não está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado), nem foram contemplados todos os trabalhos previstos em projeto e somente esses.</li> </ul>	5%

A Classificação do subfactor B3 – CL(B3) –, é determinado pela pontuação definida para o critério em análise, conforme descrito anteriormente.

A classificação das propostas relativamente ao fator B – Valia Técnica da Proposta – é calculada através da aplicação da fórmula seguinte:

$$CL(B) = p(B1) \times CL(B1) + p(B2) \times CL(B2) + p(B3) \times CL(B3)$$

com:

CL(B) correspondente à classificação do factor B;

p(B1) corresponde à ponderação para o subfactor B1;

## RELATÓRIO FINAL

CL(B1) correspondente à classificação do subfactor B1;  
p(B2) corresponde à ponderação para o subfactor B2;

CL(B2) correspondente à classificação do factor B2;  
p(B3) corresponde à ponderação para o subfactor B3;  
CL(B3) correspondente à classificação do subfactor B3.

A proposta de cada um dos concorrentes corresponderá será avaliada nos fatores A e B, devidamente ponderados, e que será traduzida pela fórmula seguinte:

$$P_i = p_A \times CL(A) + p_{B1} \times CL(B1) + p_{B2} \times CL(B2) + p_{B3} \times CL(B3)$$

em que:

$P_i$  - Proposta do concorrente i;  
 $p_A$  - ponderação da classificação do factor A;  
 $p_{B1}$  - ponderação da classificação do factor B1;  
 $p_{B2}$  - ponderação da classificação do factor B2;  
 $p_{B3}$  - ponderação da classificação do factor B3.

A Proposta Mais Vantajosa – **PMV** – corresponderá à maior classificação, entre as diversas propostas –  $P_i$  - apresentadas.

O resultado da análise efetuada de acordo com o modelo anterior, e demonstrado nos documentos anexos ao relatório preliminar, efetuado em 03-01-2018 que se anexa, hierarquiza as propostas admitidas da seguinte forma:

1	Concorrente n.º 8	Construções Capela Braga, Lda	844.859,57€
2	Concorrente n.º 12	Pemi, Construções & Engenharia, Lda	874.949,87€
3	Concorrente n.º 9	Edilages, SA	893.803,87€
4	Concorrente n.º 10	Famaconcret, Lda	937.643,50€
5	Concorrente n.º 11	Abel Rodrigues, Construção Civil & O. Públicas	871.656,64€



## RELATÓRIO FINAL

### 1. Conclusão


O júri do concurso considera que a empreitada deve ser adjudicada ao concorrente nº **8 – Construções Capela Braga, Lda.**, pelo valor da sua proposta – **844.859,57€+ IVA** (oitocentos e quarenta e quatro mil, oito centos e cinquenta e nove euros e cinquenta e sete cêntimos + IVA)..

Santo Tirso, 12 de Fevereiro de 2018,

A Presidente do Júri

15-02-2018

O Chefe de Divisão

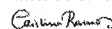
  
Carlos Veloso

---

1º Vogal

15-02-2018

A Chefe de Divisão

  
Cristina Ramos

---

2º Vogal

12-02-2018

A Chefe de Serviço

  
Fernanda Coelho



A

**8. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE EXECUÇÃO COM JUNTAS DE FREGUESIA - PEQUENAS REPARAÇÕES EM ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO. -----**

Presente informação do Serviço de Gestão de Edifícios Municipais, de cinco do corrente mês de março, registada com o número dois mil quinhentos e sessenta e sete, a remeter minutas de Acordos de Execução a celebrar com as freguesias de Agrela, Água Longa, União das Freguesias de Carreira e Refojos, União das Freguesias de Lamelas e Guimarei, Monte Córdova, Negrelos (S. Tomé), Rebordões, Reguenga, Roriz, União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel), Vila das Aves e Vila Nova do Campo, que têm por objeto a delegação de competências para proceder à realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, na respetiva área de circunscrição territorial, bem como para promover a manutenção dos respetivos espaços envolventes, cujos trabalhos a realizar são os identificadas no anexo I de cada Acordo de Execução, que respeitam a minuta aprovada pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e seis de fevereiro findo. -----

Os Acordos de Execução em causa retroagem os seus efeitos a vinte e dois de outubro último e vigoram pelo período do mandato dos respetivos órgãos deliberativos. -----

A assembleia municipal, pela mesma deliberação atrás referida, autorizou a assunção de encargos plurianuais com a celebração dos referidos Acordos de Execução. -----

O montante global dos encargos anuais com a celebração dos aludidos Acordos de Execução é de 71 680,00€ (setenta e um mil seiscientos e oitenta euros).-----

O compromisso inerente ao montante da comparticipação financeira a transferir para cada uma das freguesias está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com os números 905, 906, 907, 908, 910, 911, 913, 915, 919, 920, 928, 930, 932, todos do corrente mês de março. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar Acordos de Execução com as referidas Freguesias de delegação de competências para a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, na respetiva área de circunscrição territorial, bem como para promover a manutenção dos respetivos espaços envolventes, nos termos das minutas que se juntam à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante (Anexos III a XV), cuja aprovação igualmente propôs.-----

As referidas minutas ficam rubricadas pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

No período de discussão da proposta interveio a senhora vereadora Dr.<sup>a</sup> Andreia Neto, para pedir esclarecimentos sobre o assunto, tendo questionado há quantos anos existem estes Acordos com as juntas de freguesia. Questionou ainda se o Agrupamentos de Escolas estão satisfeitos com este modelo de atuação.-----

O senhor presidente respondeu dizendo que não sabe ao certo há quantos anos é seguido este modelo de atuação, pois já antes dos Acordos serem formalizados por escrito, como atualmente, já existia essa prática, há cerca de quinze anos. E que os responsáveis das escolas estão satisfeitos, pois estes Acordos abrangem apenas pequenas reparações. Quanto às médias e grandes reparações, as respetivas obras são executadas pela câmara municipal. Pode haver uma situação ou outra em que o montante da comparticipação atribuída à respetiva junta não seja suficiente para todas as reparações, mas então faz-se uma análise caso a caso, e, de um modo geral, não há situações em que os problemas não sejam resolvidos. Realçou ainda que estes Acordos resultam dum diálogo com as juntas de freguesia.-----



A



**9. ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR:  
RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA. -----**

Presente o despacho do senhor presidente da câmara de nove do corrente mês de março, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XVI da mesma, que decidiu aprovar a lista definitiva das candidaturas admitidas e atribuir bolsas de estudo aos alunos posicionados até ao vigésimo primeiro lugar daquela lista, nos montantes referidos no anexo II daquele despacho, que perfazem o valor global de 14.949,00 € (catorze mil novecentos e quarenta e nove euros). -----

O senhor presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal. -----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o referido despacho. -----

**10. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A RANCHOS E GRUPOS FOLCLÓRICOS DO CONCELHO DE SANTO TIRSO. -----**

Presente informação, de vinte e seis de fevereiro findo, da Divisão de Património e Museus, registada com o número dois mil duzentos e sessenta e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, a sugerir a atribuição de um subsídio aos ranchos e grupos folclóricos, a processar nas condições constantes do documento que se anexa à presente ata e dela fica a fazer integrante, constituindo as subseqüentes três folhas.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerando a importância do trabalho que os Ranchos Folclóricos e Grupos Etnográficos desenvolvem na promoção e divulgação da cultura e tradições do concelho; -----

Considerando a sua disponibilidade para colaborar nas iniciativas culturais promovidas pelo município; -----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à realização de eventos de natureza cultural e recreativa, proponho que a câmara delibere atribuir a cada um dos grupos a seguir mencionados um subsídio no montante global de 2.800,00 € (dois mil e oitocentos euros).-----

- Grupo Folclórico de Santa Cristina do Couto; -----
- Grupo Folclórico Infantil e Juvenil da Ermida – Santa Cristina do Couto; -----
- Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo (Centro Recreativo Popular de S. Martinho do Campo);-----
- Grupo Etnográfico das Aves; -----
- Rancho Folclórico de S. Tiago de Rebordões; -----
- Rancho Folclórico de S. Salvador de Monte Córdova; -----
- Rancho Folclórico de S. Pedro de Roriz; -----

- Rancho Típico de Santa Maria da Reguenga;-----
- Rancho Etnográfico de Santa Maria de Negrelos – Roriz;-----
- Rancho Santo André do Sobrado – Vila das Aves;-----
- Rancho Folclórico Rosas de S. Miguel de Vilarinho;-----
- Grupo Etnográfico de S. Paio de Guimarei;-----
- Rancho Folclórico de S. Mamede de Negrelos;-----
- Rancho Folclórico de Santa Eulália de Lamelas.-----

A respetiva despesa, no montante global de 39.200,00 € (trinta e nove mil e duzentos euros), será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 992/2018.-----

Os compromissos inerentes à presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com os números 996, 998, 999, 1001, 1002, 1004, 1005, 1024, 1025, 1026, 1027, 1028, 1029, 1030, respetivamente, todos de doze do corrente mês de março.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

57

## **Condições de atribuição do apoio financeiro aos Ranchos e Grupos Folclóricos do Concelho de Santo Tirso**

### **Artigo 1º** **Objeto**

Considerando a importância do trabalho que os Ranchos e Grupos Folclóricos concelhios desenvolvem na promoção da cultura e tradições do concelho de Santo Tirso, a autarquia, ao abrigo das competências previstas no artigo 33, nº 1 nas alíneas o) e u) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribui a cada um dos Ranchos e Grupos Folclóricos um subsídio anual no valor de 2800 € (dois mil e oitocentos euros), repartido em três tranches.

### **Artigo 2º** **Âmbito**

Este subsídio destina-se a todos os Ranchos e Grupos Folclóricos do concelho de Santo Tirso e substitui todos os apoios que a autarquia tem vindo a atribuir anualmente, designadamente:

- a) Subsídio anual;
- b) Subsídio pela participação no encontro Cantar os Reis com transporte incluído;
- c) Pagamento pela atuação numa atividade do município com transporte incluído;
- d) Subsídio para apoio à organização do próprio festival de folclore;
- e) Apoio aos transportes para atuações noutros festivais de folclore.

### **Artigo 3º** **CrITÉRIOS de pagamento do subsídio**

Para garantirem o direito a receber a totalidade do montante do subsídio os Ranchos e Grupos Folclóricos comprometem-se a:

- a) Participar no encontro Cantar os Reis;
- b) Participar numa atividade a designar por esta autarquia;
- c) Manter as tradições nos trajes e cantares apresentados, sendo

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras  
Particulares, Apoio Social  
e Atendimento Geral e  
Atividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico  
e Compras

M.020GR





**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

58

rigorosos no cumprimento dos usos e costumes desta região;

- d) Participar nas atividades promovidas pela Câmara Municipal, mencionadas nas alíneas a) e b) do presente artigo, sem que pela sua participação recebam outro tipo de pagamento;
- e) Assegurar o transporte do respetivo Rancho ou Grupo Folclórico para participação nas atividades promovidas, ou designadas, pela Câmara Municipal, previstas nas alíneas a) e b) do presente artigo.

#### **Artigo 4º**

##### **Prazo para pagamento do subsídio**

O subsídio será disponibilizado aos Ranchos e Grupos Folclóricos repartido em três tranches:

- a) A primeira tranche, no valor de 1000 € (mil euros), será disponibilizada no mês de março/abril de 2018;
- b) A segunda tranche, no valor de 1000 € (mil euros), será atribuída nos meses de junho/julho de 2018;
- c) A terceira tranche, no valor de 800 € (oitocentos euros), será transferida nos meses de outubro/novembro de 2018.

#### **Artigo 5º**

##### **Processo de pagamento do subsídio**

1 - O subsídio será pago aos Ranchos e Grupos Folclóricos que cumulativamente cumpram os requisitos previstos no artigo 3º e as condições a seguir mencionadas:

- a) A 1º tranche do subsídio será paga a todos os ranchos e grupos folclóricos que até ao final do mês de fevereiro entreguem, nesta Câmara Municipal, o Plano de Atividades para 2018;
- b) A 2ª tranche do subsídio será paga a todos os ranchos e grupos folclóricos que até final do mês de maio entreguem, além do Plano de Atividades, o Relatório de Contas referente ao ano de 2017;
- c) A 3ª tranche do subsídio será paga após a verificação do cumprimento das condições definidas nas alíneas a), b), c), d) e e) do artigo 3º.



Serviços de Obras  
Particulares, Ação Social  
e Atendimento Geral e  
Atividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico  
e Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

59

2 – Durante os meses de março, junho e outubro os Serviços de Cultura enviarão para os Serviços de Contabilidade uma listagem com a indicação dos ranchos e grupos folclóricos que reúnem as condições para receberem a tranche correspondente do subsídio.

3 – Os ranchos e grupos folclóricos que à data da transferência do subsídio não cumpram os requisitos definidos e, por isso, fiquem excluídos da respetiva listagem só poderão receber a verba respeitante à tranche em falta no momento da transferência da tranche seguinte, acumulando o valor das tranches a que tem direito.

### **Artigo 6º** **Vigência**

As presentes normas entram em vigor em janeiro de 2018 e vigoram até 31 de dezembro do mesmo ano.



Serviços de Obras  
Particulares, Ação Social  
e Atendimento Geral e  
Atividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico  
e Compras

M.020GR



## 11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO A ASSOCIAÇÕES COM ESCOLAS DE MÚSICA.-----

Presente informação da Divisão de Património e Museus, de vinte e seis de fevereiro findo, registada com o número dois mil duzentos e sessenta e cinco, a sugerir a atribuição de um subsidio anual às associações culturais a seguir identificadas, detentoras de escolas de música, para as ajudar a custear as despesas com o desenvolvimento das ações previstas no seu plano de atividades.--

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as atividades desenvolvidas pelas entidades a seguir identificadas revestem-se de interesse cultural, pela valorização das tradições locais, promovendo a música portuguesa e a preservação do património imaterial do concelho e da região; -----

Considerando que aquelas entidades cooperam com o município no âmbito do seu programa cultural; -----

Considerando as atribuições do município no domínio da cultura; -----

Proponho que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere atribuir os subsídios a seguir referidos, nas condições de atribuição constantes do documento que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas.-----

- Associação Tuna Musical de Rebordões - 1.000,00 € (mil euros);-----
- Escola de Música de S. Martinho do Campo - 1.000,00 € (mil euros);-----
- Grupo Coral de Vila das Aves – 1.500,00 € (mil e quinhentos euros);-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1000/2018.-----

Os compromissos inerentes à presente deliberação estão registados no sistema de

contabilidade de apoio à execução orçamental com os números 1035, 1036 e 1037, todos de treze do corrente mês de março. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

A propósito deste assunto, a senhora vereadora Dr.ª Andreia Neto solicitou que nas informações relativas a atribuições de subsídios passasse a constar o montante a atribuir. -----



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

62

## **Condições de atribuição do apoio financeiro às Associações Culturais do Concelho de Santo Tirso: Associação Tuna Musical de Rebordões, Escola de Música de S. Martinho do Campo e Grupo Coral de Vila das Aves (Oficina de Música).**

### **Artigo 1º** **Objeto**

Considerando que a dinamização cultural de um concelho é o reflexo da produção cultural assumida pela autarquia e do apoio que esta disponibiliza ao funcionamento das associações locais, apoiando e incentivando a promoção e a realização de projetos de reconhecida qualidade para o município, a autarquia, ao abrigo das competências previstas no artigo 33, nº 1 nas alíneas o) e u) da Lei 75/2013 12 de Setembro, atribui às Associações Culturais a seguir designadas o seguinte subsídio anual: Associação Tuna Musical de Rebordões – 1.000,00 € (mil euros); Escola de Música de S. Martinho do Campo – 1.000.00 € (mil euros) e Grupo Coral de Vila das Aves – 1.500 € (mil e quinhentos euros).

### **Artigo 2º** **Âmbito**

Este subsídio destina-se à Associação Tuna Musical de Rebordões, à Escola de Música de S. Martinho do Campo e ao Grupo Coral de Vila das Aves (Oficina de Música) e substitui todos os apoios monetários e subsídios que a autarquia tem vindo a atribuir anualmente, designadamente:

- a) Subsídio anual para apoio à atividade regular, particularmente o normal desenvolvimento dos programas e ações apresentadas em Plano Anual de Atividades, de acordo com os objetivos da associação.
- b) Apoio aos transportes para atuações solicitadas pela autarquia ou por outras entidades sediadas dentro ou fora do concelho.



Serviços de Obras  
Particulares, Ação Social  
e Atendimento Geral e  
Atividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico  
e Compras

M.020GR



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

63

### **Artigo 3º** **Critérios de pagamento do subsídio**

Para garantirem o direito a receber a totalidade do montante do subsídio as associações culturais referidas no artigo 2º comprometem-se a cumprir as suas obrigações legais e:

- a) Participar numa atividade em data e local a designar por esta autarquia, de acordo com os fins e objetivos da associação, nomeadamente em concertos, espetáculos ou outras atividades.
- b) Assegurar o transporte dos elementos da respetiva associação para participação na atividade promovida, ou designada, pela Câmara Municipal, conforme referido na alínea a) do presente artigo.

### **Artigo 4º** **Prazo para pagamento do subsídio**

O subsídio será pago nos meses de maio/junho de 2018.

### **Artigo 5º** **Processo de pagamento do subsídio**

1 - O subsídio será pago às associações culturais, referidas no artigo 2º, desde que cumulativamente cumpram as condições previstas nas alíneas a) e b) do artigo 3º e os requisitos a seguir mencionados:

- a) Entregar nesta Câmara Municipal o Plano de Atividades para 2018
- b) Entregar Relatório de Contas referente ao ano de 2017.

2 - Os Serviços de Cultura enviarão para os Serviços de Contabilidade a listagem com a indicação das associações que reúnem as condições para receberem o subsídio.

### **Artigo 6º** **Vigência**

As presentes normas entram em vigor a 1 de janeiro de 2018 e vigoram até 31 de dezembro do mesmo ano.

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras  
Particulares, Ação Social  
e Atendimento Geral e  
Atividades de Gestão  
Administrativa, Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico  
e Compras

M.020GR



**12. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AS FESTAS EM HONRA DE S. MAMEDE – S. MAMEDE DE NEGRELOS – VILA NOVA DO CAMPO -----**

Presente ofício de catorze de janeiro último, da Comissão de Festas de São Mamede de Negrelos, registado com o número mil trezentos e cinquenta e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as festas em honra de São Mamede, que se realizam de dezassete a dezanove do próximo mês de agosto, em S. Mamede de Negrelos, cuja estimativa orçamental é de 38.400,00 € (trinta e oito mil e quatrocentos euros). -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do nº 1 do artº 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio à Comissão de Festas de S. Mamede de Negrelos, no montante de 450,00 € (quatrocentos e cinquenta euros), para ajudar a custear as despesas com as festas realizadas em honra de S. Mamede. -----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1004/2018. -----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1038/2018, de treze do corrente mês de



Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 06 Fl. 65  
22 de março de 2018

março.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

Findo o período da ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 14º do regimento da câmara municipal, abriu um período para intervenção do público assistente a esta reunião.-----

Apesar de não haver inscrições para intervenção, conforme previsto no n.º 5 do referido artigo 14º, o senhor presidente da câmara, ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, autorizou a intervenção dos presentes que o quisessem fazer.-----

Neste período intervieram os senhores Abel Carneiro de Sousa Rodrigues, residente na Reguenga; Elisabete Areal Machado, residente em Santo Tirso; Lúcia Oliveira, residente na Reguenga; Beatriz Barreto e Rafael Gomes, alunos do 4º ano do ensino básico da Escola EB1/JI de Cantim, Reguenga; Professor Afonso Oliveira, em representação do Agrupamento de Escolas de D. Dinis; Rogério Manuel Pinto Trindade Frião, residente na Reguenga e Filomena Luz Costa Alves Sousa, residente na Reguenga, cujas intervenções passam a constar, de modo sucinto, da presente ata.

O senhor Abel Carneiro de Sousa Rodrigues, residente na Rua de Talhós, Reguenga, referiu-se ao estado da EM que liga o concelho de Santo Tirso à Seroa, em Paços de Ferreira. Disse que o seu estado era uma “vergonha”. No entanto que entendia não ser preciso gastar cerca de um milhão de euros com a sua beneficiação. Que se conseguia melhorar muito a estrada, gastando muito menos. Que a estrada não precisa de ser alargada.-----

Referiu-se ainda ao caminho agrícola que liga a Reguenga a Lamelas, que está em muito mau estado, sendo lamentável que por ali se faça trânsito de pesados. Por último disse ainda que o Rio Leça precisava de um guarda-rios, pois atualmente não há um peixe naquele rio. -----

A senhora Elisabete Areal Machado, residente na Rua José Luís de Andrade, em Santo Tirso, começou por referir que a primeira parte da sua intervenção era feita em representação do seu irmão, Amândio Areal Machado, que tem mobilidade reduzida. Que o assunto diz respeito ao processo registado na câmara com o número 286/15 e reporta-se a escorrências de águas do prédio do



vizinho para o prédio do seu irmão, águas que não são pluviais, pois verificam-se escorrências mesmo quando não está a chover. Que o vizinho do irmão apenas recebeu duas notificações da câmara e que nada se resolveu. Que é em desespero de causa que trás uma situação destas a uma reunião pública da câmara municipal. -----

Seguidamente disse que, como profissional do foro – Solicitadora - não concorda com a localização da Loja do Cidadão. Que a mesma está muito perto de duas escolas e que já ali viu coisas inadmissíveis. Apresentou como sugestão a sua mudança para o rés-do-chão do Mercado Municipal, que é um edifício lindíssimo, que poderia ser aproveitado para esse efeito, com centralização de todos os serviços, incluindo outros, como a Indaqua e EDP, com poupança para o município. -----

De seguida interveio a senhora Lúcia Oliveira, residente na Reguenga, que disse que iria “pegar” nas palavras do senhor Abel Rodrigues, no que se refere à EM 558. Que a estrada está horrível. Porque não se aproveita a realização das obras para estender a rede de saneamento até lá acima? Não entende porque não rede de abastecimento de água na Reguenga. Que a água que tem em casa é férrea e o seu tratamento fica muito caro. -----

Seguidamente entrevistaram os alunos Beatriz Barreto e Rafael Gomes, alunos do 4º ano do ensino básico da Escola EB1/JI de Cantim, Reguenga. A aluna Beatriz disse que a escola estava a precisar de pintura exterior; que seria bom a colocação de uns cestos de basquetebol e que gostariam que a Internet fosse mais rápida. O aluno Rafael disse que era preciso aumentar a altura da rede do campo de futebol, pois a bola está sempre a cair no terreno do vizinho. Disse que não há água potável na escola. -----

O Professor Afonso Oliveira, em representação do Agrupamento de Escolas de D. Dinis, reportando-se à plataforma tecnológica instalada pelo município nas escolas do ensino básico, com o programa “Santo Tirso aprende+”, disse que a ideia é meritória, mas não existe rede de internet suficiente. -----

O senhor Rogério Manuel Pinto Trindade Frião, residente na Reguenga, começou por



felicitam o executivo municipal pela realização destas reuniões de câmara descentralizadas. Que, como todos sabem, já foi presidente da junta de freguesia da Reguenga. Mas que sabe que não deixou todos os problemas resolvidos. Que o município de Santo Tirso tem um projeto denominado "Invest Santo Tirso", através do qual são concedidos apoios às empresas concelhias. Mas que os empresários da Reguenga são essencialmente empresários agrícolas. Que em tempos procedeu-se à construção de caminhos agrícolas, mas que a sua pavimentação ficou por fazer, e que é de uma extrema necessidade. -----

Que relativamente à estrada agrícola que liga Reguenga a Lamelas, sugeriu que se proibisse o trânsito na mesma a todo o tipo de veículos, com exceção dos veículos e máquinas agrícolas. -----

Relativamente à EM 558, disse que não conhecia o projeto e que o valor do investimento previsto é de facto muito elevado. Mas certamente os técnicos saberão o que estão a fazer. Lembrou ainda que esta estrada tem início na EN 105 e que a mesma já foi em tempos intervencionada nos seus locais mais perigosos. E está certo que a breve prazo terá início a obra que foi anunciada. -----

Por último interveio a senhora Filomena Luz Costa Alves Sousa, residente na Rua da Igreja, Reguenga, que disse o seguinte: que as pessoas vão pela estrada agrícola porque esta está melhor que a outra e que ainda há muitos locais de perigo na EM 558. -----

No final das intervenções do público, o senhor presidente da câmara municipal fez uma pequena intervenção, tendo referido o seguinte: -----

Que este período de intervenções do público tem precisamente por finalidade permitir que as pessoas se desinibam e intervenham, dando opiniões, sugestões, em prol da democracia. Que tomou em devida nota tudo o que aqui foi dito e corrigirá, ou não, o que já está decidido, ou eventualmente integrará no processo de decisão questões que aqui foram colocadas. Por último agradeceu todas as intervenções, bem como a presença de todos os que estiveram a assistir a esta reunião. Agradeceu de modo especial ao Rancho Típico de Santa Maria da Reguenga por ter cedido

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 06 Fl. 69  
22 de março de 2018

as suas instalações.-----



**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada em: Dezassete horas e doze minutos. -----

E para constar se lavrou a presente ata que tem setenta folhas, e dezasseis documentos anexos (anexo I, relativo ao item dois; anexo II, relativo ao item sete; anexos III a XV, relativos ao item oito; e anexo XVI, relativo ao item nove), apenas utilizadas no anverso, que eu

*Adriana Fagundes*

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

**APROVAÇÃO DA ATA.**-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 05 / 04 / 2018, conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas Seis ).-----

A Secretária,

*Adriana Fagundes*